

Carta aberta pedindo a Suspensão de Contratos de Fornecimento de Empresa de Óleo de Palma do Brasil que estão ligadas à Violência e Grilagem de Terras

Setembro 2023

Ao: Consumer Goods Forum (Fórum de Bens de Consumo)

Cc: Agencias Governamentais e Instituições Financeiras

Prezado Fórum de Bens de Consumo,

Às vésperas da Cúpula da Amazônia em Belém, onde os chefes de estado da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica deveriam discutir um futuro sustentável para a Amazônia, seguranças da Brasil Biocombustíveis (BBF) e a Polícia Militar foram acusados de atirar em quatro indígenas Tembé¹ em uma escalada dos conflitos de terras.

A BBF afirma ser o maior produtor de óleo de palma da América Latina², com a maior parte das suas operações localizadas perto de Tomé-Açu, apenas 100 km ao sul de Belém. Vários membros do Fórum de Bens de Consumo são, ou já foram, clientes da empresa³.

Os conflitos fundiários entre a BBF e os povos indígenas e comunidades locais são de longa data. As plantações da BBF invadem terras reclamadas por comunidades tradicionais, incluindo as terras indígenas demarcadas de Turé Mariquita I e II do povo indígena Tembé e terras reivindicadas pelas comunidades quilombolas de Nova Betel⁴.

Um relatório da Global Witness do ano passado⁵ afirma que “a BBF é acusada de travar campanhas violentas para silenciar as comunidades indígenas e tradicionais que defendem as suas terras ancestrais”. Também informa que a BBF foi acusada de usar tortura e abuso físico⁶, de criminalizar as comunidades, já tendo apresentado mais de 500 boletins de ocorrência contra elas⁷, e de intimidar membros da comunidade com seguranças armados^{8,9}.

No ano passado, uma pessoa foi morta e outras três ficaram feridas num ataque de homens armados a uma aldeia indígena Turiwara, que os moradores atribuíram ao pessoal de segurança da BBF^{10,11}.

No dia 4 de agosto, lideranças indígenas Tembé reportaram que foram agredidas por seguranças da BBF e que um jovem de 19 anos de sua comunidade foi baleado. Em resposta, uma delegação

1 <https://reporterbrasil.org.br/2023/08/atentado-a-indigenas-no-pa-e-novo-capitulo-de-conflito-com-industria-que-quer-plantar-combustivel-de-aviao-na-amazonia/>; <https://amazoniareal.com.br/segurancas-da-bbf/>

2 <https://www.brasilbiofuels.com.br/nossos-negocios/agronegocio/>

3 <https://www.globalwitness.org/en/campaigns/environmental-activists/amazon-palm/>

4 <https://www.globalwitness.org/en/campaigns/environmental-activists/amazon-palm/>

5 <https://www.globalwitness.org/en/campaigns/environmental-activists/amazon-palm/>

6 <https://dol.com.br/noticias/para/675213/agricultores-sao-espancados-por-funcionarios-da-biopalma?d=1>

7 <https://www.mpf.mp.br/pa/sala-de-imprensa/noticias-pa/mpf-aponta-risco-de-violencia-em-conflito-entre-bbf-e-comunidades-indigenas-e-quilombolas-no-para>

8 <https://g1.globo.com/pa/para/noticia/2022/03/12/tensao-entre-seguranças-da-bbf-e-indigenas-tembe-e-acirrada-por-vala-cavada-em-area-de-disputa-no-pa-video.ghtml>

9 <https://amazoniareal.com.br/mp-pede-prisao-do-dono-da-brasil-biofuels-por-tortura/>

10 <https://g1.globo.com/pa/para/noticia/2022/09/24/indigenas-denunciam-ataque-de-pistoleiros-que-deixou-3-mortos-e-1-ferido-no-para.ghtml>

11 Observamos que a BBF nega essas alegações.



do Conselho Nacional de Direitos Humanos (CNDH), com representantes da ONU, viajou à região na segunda-feira, 7, para investigar a situação.

Momentos antes da chegada da delegação, mais três membros da comunidade foram baleados ao se aproximarem da sede da empresa. A delegação da CNDH enfrentou um bloqueio que os impediu de visitar as plantações e a sede da empresa.

Em carta ao governador¹², a CNDH atribui a violência a seguranças privados que trabalham para a BBF e sugere que os ataques de segunda-feira foram em resposta à visita da CNDH.

Em setembro de 2022, a Global Witness contactou a empresa produtora de óleo de palma. Em resposta, a BBF respondeu reconhecendo a existência de um conflito em curso na região, que afirma estar tentando resolver. A empresa acredita ser vítima de ações criminosas contra seus funcionários, o que, segundo ela, já foi denunciado à polícia. A BBF nega causar ou pretender causar danos físicos a membros de comunidades. Afirma, ainda, que a segurança armada contratada por ela está instruída a agir de forma pacífica, respeitosa e de acordo com a legislação vigente.

Em agosto de 2023, após os incidentes descritos acima acontecerem, a BBF disse em nota ao Brasil de Fato:

O Grupo BBF (Brasil BioFuels) esclarece que o Polo de Tomé-Açu, propriedade privada da empresa, composto pela Agroviola, Administração Geral e Áreas de Infraestrutura, foi invadido mais uma vez, na manhã desta segunda-feira (7), quando teve equipamentos incendiados e edificações destruídas por invasores indígenas.

Na ação, cerca de 30 invasores armados ameaçaram e agrediram trabalhadores da empresa, antes de incendiar dezenas de tratores, maquinários agrícolas e edificações da companhia. A equipe de segurança privada da companhia conseguiu conter a ação criminosa dos invasores e resguardar a vida dos trabalhadores que estavam no local.

O Grupo BBF reforça que tomou as medidas jurídicas cabíveis junto ao poder judiciário e solicitou o apoio aos órgãos de segurança pública do Estado do Pará. Dessa forma, aguarda uma rápida solução do caso.

Dada esta recente escalada do conflito e as violações de longa data dos direitos humanos cometidas pela BBF contra as comunidades indígenas e locais, instamos a sua empresa e todos os membros do Fórum de Bens de Consumo a tomarem nota das recomendações feitas pela CNDH¹³ e, de:

Suspender imediatamente o fornecimento da Brasil Biofuels (BBF) até que a empresa tome todas as atitudes para acabar com todas as formas de violência e intimidação contra a comunidade e até que os danos tenham sido compensados e totalmente sanados para a satisfação das comunidades prejudicadas;

Fazer uma declaração pública denunciando as violações de direitos humanos que foram e estão sendo cometidas contra as comunidades;

Fazer uma declaração pública sobre as medidas que você está tomando em resposta às violações dos direitos humanos sofridas pelas comunidades incluindo como você está usando sua influência para acabar com as violações de direitos e garantir que a reparação seja fornecida;

12 <https://drive.google.com/file/d/1VmBHC4InDkpyvUdDkF9qLfg98QR6OuZs/view>

13 <https://drive.google.com/file/d/1wnF9BhpUe3LalDxhD8Y1SsJYUA5oXY8d/view?usp=sharing>



Exigir, como condição para o possível reinício de qualquer fornecimento da BBF, que a empresa tome todas as atitudes para por fim urgentemente a toda violência e intimidação contra as comunidades e evite quaisquer danos adicionais aos membros de qualquer comunidade dentro ou ao redor de suas plantações de palmeiras, inclusive através da retirada de guardas de segurança armados, e garantir que os funcionários e prestadores de serviços atuem de acordo com a lei e que não ameacem de forma alguma a segurança das comunidades. O não cumprimento desta recomendação deverá levar à rescisão dos contratos com a BBF;

Adotar políticas e procedimentos para exigir que todos os fornecedores garantam Tolerância Zero à violência, intimidação e criminalização de defensores ambientais e de direitos humanos;

Implementar políticas e procedimentos de devida diligência em direitos humanos, conforme descrito nos Princípios Orientadores da ONU sobre Empresas e Direitos Humanos e nas Diretrizes da OCDE para Empresas Multinacionais, para garantir que o óleo de palma (e outras mercadorias) seja proveniente apenas de fornecedores que respeitem os direitos dos povos indígenas, incluindo os seus direitos às suas terras e territórios e a dar ou negar o seu consentimento livre, prévio e informado em relação às atividades que podem ocorrer nessas terras e territórios. Quando existirem relações com fornecedores, a devida diligência deve incluir a identificação de quaisquer violações de direitos humanos existentes ou passadas e o envolvimento direto com os titulares de direitos lesados para compreender que ações pretendem que as empresas compradoras a jusante tomem para resolver essas violações (por exemplo, fornecer apoio financeiro aos titulares de direitos contratar apoio jurídico ou outro na busca de reparação, suspender e/ou encerrar relações comerciais, etc.). Em particular, isto inclui exercer a sua influência para abordar as violações internacionais dos direitos humanos alegadamente cometidas em terras em disputa e por prestadores de serviços contratados pela BBF.

Atenciosamente,

Lista de organizações signatárias

1. African Law Foundation (AFRILAW) Abuja-Nigeria
2. Agency for Turkana Development Initiatives (ATUDIS), Kenya
3. Aid Environment
4. Asia Indigenous Peoples Network on Extractive Industries and Energy (AIPNEE), Asia
5. Ação dos Jovens Indígenas de Dourados Brazil (AJI), Brazil
6. Aldeia Marakanã, Brazil
7. Ambiente, Desarrollo y Capacitación, (ADC), Honduras
8. AMIGA
9. Andrew Lees Trust, UK
10. Articulação das Pastorais da Ecologia Integral do Brasil, Brazil
11. Asociación Interamericana para la Defensa del Ambiente, Americas
12. Asociación ProPurús, Peru
13. APROMOVA
14. Both ENDS, International
15. Business and Human Rights Resource Centre (BHRRC), International



Green Development Advocates

For a Green Congo Basin



16. Catholic Agency for Overseas Development (CAFOD), International
17. Community of Arran Seabed Trust (COAST), Scotland
18. Comitê de Defesa da Vida Amazônica na bacia do Rio Madeira (COMVIDA), Brazil
19. Conselho Nacional das Populações Extrativistas (CNS), Brazil
20. CPDA
21. Environmental Justice Foundation, International
22. Estuário Serviços Consultorias Ecosociais, Brazil
23. Federación de Comunidades Nativas Fronterizas del Putumayo (FECONAFROPU), Peru
24. Federación de Comunidades Nativas del Ucayali y Afluentes (FECONAU), Peru
25. Federación por la Autodeterminación de los Pueblos Indígenas (FAPI), Paraguay
26. Forest Peoples Programme (FPP), International
27. Fundación EcuMénica para el Desarrollo y la Paz (FEDEPAZ), Peru
28. GAPK, Brazil
29. Global Witness. International
30. Green Development Advocates (GDA), Cameroon
31. Greater Whange Residents Trust, Zimbabwe
32. Grupo de Pesquisa em Etnopolítica, Pensamento Administrativo e História do Estado e das Instituições (EPAHEI), Brazil
33. International Service for Human Rights (ISHR), International
34. Lawyer's Association for Human Rights of Nepalese Indigenous Peoples (LAHURNIP), Nepal
35. Pastoral da Ecologia Integral - Movimento Laudato Si, Brazil
36. Proyecto sobre Organización, Desarrollo, Educación e Investigación (PODER), Latin America
37. Rainforest Action Network (RAN), International
38. Rede de Mulheres das Marés e das Águas do Litoral do Pará, Brazil
39. Resguardo Indígena Cañamomo Lomaprieta (RCMLP), Colombia
40. Roots2Justice, International
41. Socio-Ecological Union International, International
42. South Durban Community Environmental Alliance (SDCEA), South Africa
43. Star Kampuchea, Cambodia
44. Swedwatch, International
45. The Marginalised Mirror, Namibia
46. Washington Office on Latin America (WOLA), Americas

Lista de indivíduos signatários

1. Flavio Protasio Ceccon
2. Nhek Sarin
3. Natália Octaviano Eyer



South Durban
Community
Environmental
Alliance



Advocacy for Human Rights in the Americas